PROCESSO 167/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 085/2026
PMST-PE
SECRETARIA DE OBRAS
Aplicação Lei Federal nº 14.133/2021 ALTERAÇÃO

A Prefeitura do Município de Serra Talhada - PE torna público que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por finalidade a Serviço de **Pavimentação em Diversas Ruas no Bairro da AABB - Emenda Parlamenta: 202638130003**, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, cuja direção e julgamento serão realizados por servidor denominado Agente de Contratação, nomeado pela Portaria n.º 061- 02 de janeiro de 2026 , em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, alterações posteriores e demais legislações pertinentes**.**

DATAS

Cadastro de Propostas no site: até às 07h00min do dia 08 de dezembro de 2026;

Abertura das Propostas: 08 de dezembro de 2026, às 08h00min;

Início da disputa de Preços: 08 de dezembro de 2026, às 08h00min.

Cadastro de propostas iniciais e Disputa: **www.portalserratalhada.com.br** (acesso identificado).

Objeto: Serviço de Pavimentação em Diversas Ruas no Bairro da AABB - Emenda Parlamenta: 202638130003.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 – O Pregão na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da ***INTERNET*****,** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletronico, na Forma Eletrônica (licitações) www.portalserratalhada.com.br** da Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE.
1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o www.portalserratalhada.com.br

1.3 – Integram o edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos, que especificam o serviço:

Anexo I – Projeto Básico: Especificações dos Serviços;
Anexo II – Planilha Orçamentária;
Anexo III – Cronograma Físico Financeiro;
Anexo IV – Modelo para apresentação da proposta;
Anexo V – Minuta do Contrato;
Anexo VI – Modelo declaração unificada;
Anexo VII – Declaração de Enquadramento de ME/EPP;

1.4 - O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no **www.portalserratalhada.com.br**.
1.5 - O valor máximo que o Município de Serra Talhada - PE se propõe a pagar pela execução da totalidade dos serviços, objeto desta Pregão Eletronico pelo período de **12 (doze) meses,** perfaz o importe de **R$ 2.463.827,08 (dois**

milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e oito centavos).

2 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

2.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados até **03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, conforme disposição elencada no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, por meio eletrônico, via internet, endereçados ao e-mail: cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br e cplserratalhada2026@gmail.com ou protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 17h00, na Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora, CEP 56.903-900, Serra Talhada - PE, Setor de Licitações.

2.1.1 - As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações na Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora, CEP 56.903-900.

2.1.2 - As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria de Urbanismo e Obras do Município de Serra Talhada - PE, e-mail: secretariadeobras_st@yahoo.com.br **ate 07 de dezembro de 2026, às 23:59 horas** Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 13:00h. Rua Custodio Conrado de Lorena e Sá, 600 AABB Serra Talhada – PE. Gabriela Pereira da Silva Simões – Secretaria de Obras e Infraestrutura.

2.2 - Nos termos do Art. no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

2.2.1 - As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Agente de Contratação, por meio eletrônico, via internet, endereçados ao e-mail: cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br e cplserratalhada2026@gmail.com ou protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 14h00, na Setor de Licitações na Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora, CEP 56.903-900.

2.2.4 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

2.2.5 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

2.3 - Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis requisitantes pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

2.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.5 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.5.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.6 - Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

2.7 - Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da www.portalserratalhada.com.brTermo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

3 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

3.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos, que esteja devidamente credenciada, munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste Edital.

4.2 - Consórcio: será permitida a participação de consórcio.

4.2.1 - A empresa líder deverá ser nacional e de maior participação no Consórcio. No caso de participações iguais, a líder deverá ser a consorciada de maior Capital Social.

4.2.2 - A constituição do Consórcio será feita observando-se as seguintes normas:

4.2.3 - Comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição do Consórcio, subscrito pelos consorciados, incluindo os seguintes itens:

a) Designação do Consórcio e sua composição;

b) Finalidade do Consórcio;

c) Prazo de duração do Consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses, bem como o endereço do Consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;

d) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada e das prestações específicas (participação em porcentual do valor total), em relação ao objeto da licitação;

e) Compromisso expresso de que cada consorciado responderá por todos os atos do consórcio, sendo obrigatória a assinatura do contrato com o Município de Serra Talhada - PE por todos os consorciados;

f) Indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio, que será sua única representante perante o Município de Serra Talhada - PE, com quem, por meio da pessoa do seu representante legal, serão mantidos todos os entendimentos relativos à licitação e ao contrato, devendo atender as condições de liderança fixadas no edital;

g) Designação do representante legal do consórcio;

h) Compromisso das consorciadas de que não terão a sua constituição ou composição alteradas ou modificadas, sem a prévia e expressa anuência do Município de Serra Talhada - PE, até o cumprimento do objeto da licitação, mediante termo de recebimento, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c”, supra;

i) Compromisso expresso das consorciadas de que apresentarão, antes da assinatura do eventual termo do contrato decorrente da licitação, o instrumento de constituição do consórcio, arquivado no registro do comércio local de sua sede ou o registro no cartório de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas;

j) Que cada consorciado apresente a documentação relacionada item 6.2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÂO deste edital, e suas subdivisões, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;

4.2.4 - A empresa consorciada não poderá participar da mesma licitação isoladamente ou em outra formação de consórcio;

4.2.5 - No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira, respeitada a alínea “f”, supra.

4.3 - Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

4.3.1 - Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos

4.3.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.4 - Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4 - Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 - É proibida a participação de empresa que já esteja contratada para serviços de assistência a fiscalização e gerenciamento de obras do Município, se o objeto da presente licitação estiver entre os contratos a serem fiscalizados ou gerenciados.

4.6 - A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.7 - O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da licitação diretamente no www.portalserratalhada.com.br.
4.8 - Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Serra Talhada - PE a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
4.9 – O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante, que pagará a www.portalserratalhada.com.br conforme o Anexo IV.
4.10 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5 - CREDENCIAMENTOS NO APLICATIVO LICITAÇÕES
5.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada ao www.portalserratalhada.com.br, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.portalserratalhada.com.br
5.2 - A participação do licitante nesta Pregão Eletronico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à www.portalserratalhada.com.br, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;
5.3 - O acesso do operador ao certame, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;
5.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da www.portalserratalhada.com.br;
5.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao www.portalserratalhada.com.br a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
5.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;
5.7 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da www.portalserratalhada.com.br

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
6.1 - A participação no certame Eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da PROPOSTA, no valor total do item/grupo ou percentual de menor preço.
6.2 - Após a divulgação do edital, os Licitantes deverão encaminhar PROPOSTA inicial com o valor na Moeda Real ou MENOR PREÇO, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico da www.portalserratalhada.com.br - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
6.3 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
6.4 - Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Pregão Eletronico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
6.5 - Os itens das propostas que eventualmente contemplem objeto que não corresponda às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.
6.6 - Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

a) **Preço unitário de cada item, objeto licitado**, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 12, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
b) Marca e especificações detalhadas dos objetos ofertados, no que couber.
c) Inclusão de todas as despesas que influem nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;
d) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão desta Pregão Eletronico;
6.7 - Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
6.8 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, implicando na plena aceitação destas pelo proponente.
6.9 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
6.10 - O menor preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
6.11 - A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, nãopodendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
6.10 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.
6.11 - Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
6.12 - As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7.1 O Agente de Contratação via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para o item licitado.
7.2 - Aberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances públicos, sucessivos e com menor preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e percentual consignados no registro de cada lance.
7.3 - Durante o transcurso da sessão, os Licitantes terão informações, em tempo real, do valor de menor preço registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
7.4 - Será permitido aos Licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos descontos percentuais forem iguais ou superiores ao menor ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, e registrado no sistema eletrônico pela própria Licitante.
7.5 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da seção, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções previstas neste Edital.
7.6 - Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1 **- O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR GLOBAL.**

7.7 - Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de **R$ 1.000,00 (um mil reais)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
7.8 - Será adotado para o envio de lances na presente Pregão Eletronico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.
7.8.1 - Neste modo de disputa, a etapa de **envio de lances na sessão pública durará dez minutos** e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.8.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.8.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.9 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Pregão Eletronico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Pregão Eletronico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica diretamente no Portal Eletrônico www.portalserratalhada.com.br, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.11 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.12 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.14 – No caso em que a sessão pública se encerrar sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.15 - Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06;

7.15.1 - Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances;

7.15.2. Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 10% (dez por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

b) Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.15.1, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.15.1, será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.

7.16 - Na hipótese da não contratação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após a negociação do preço ofertado para que seja obtido preço melhor.

7.17 - Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

7.17.1 - Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19 - É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis

pertinentes.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2 - Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada (aquela que tiver menor preço) com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

8.2.1 - Contenha vícios insanáveis;

8.2.2 - Não obedeça às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

8.2.3 - Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4 - Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;

8.2.5 - Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8.3 – O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

8.3.1 - No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 59 §4º da Lei 14.133/2021.

8.3.2 - Não será exigida garantia adicional do licitante vencedor

8.4 - A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

8.5 - Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

8.6 - A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

8.7 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.8 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.9 - O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

8.10 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11 - Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12 - Após o julgamento das propostas, o licitante arrematante será convocado para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação, por meio eletrônico pela aba “documentos complementares”, a **PROPOSTA DE PREÇOS** adequada ao seu último lance, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com **as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES)**, no que couber.

9 - DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

9.1 - Para se habilitarem nesta licitação os interessados deverão anexar exclusivamente por meio do sistema

www.portalserratalhada.com.br, concomitantemente à proposta de preço, a documentação relacionada abaixo, em original ou cópia até a data e o horário limites estabelecidos para abertura da sessão pública. No caso de cópia autenticada, toda documentação deverá estar perfeitamente legível.

9.1.1 - Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc)

9.2.1 - A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.2 - Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.3. - Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos subitens 9.6 a 9.13.

9.3.1. - O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no item 19 do edital.

9.4. - Constituem motivos para inabilitação do licitante:

9.4.1 - a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

9.4.2 - a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

9.4.3 - o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5.3 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.6 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.6.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

9.6.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**,** devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

9.6.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

9.6.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

9.7 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.7.1 –. Atestados de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidãões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado obras similares ao objeto desta licitação;

9.7.2 - Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.
9.7.3 - Prova de inscrição ou registro dos Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)
9.7.4 - Comprovar possuir, em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, responsável técnico, devidamente registrado no CREA como profissional e integrante do corpo técnico da Licitante, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, com o seu respectivo CAT (Certificado de Acervo Técnico), por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:
a) o empregado;
b) o sócio;
c) o detentor de contrato de prestação de serviço;
d) a apresentação do nome do profissional na certidão do CREA, da pessoa jurídica;

9.7.4.1 A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

9.7.4.2 Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada;

9.7.4.3 No caso de duas ou mais licitantes (empresas) apresentarem o mesmo responsável técnico, devidamente inscrito na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica – CRQ/CREA, detentor de Atestado de Capacidade Técnica como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso;

9.7.5 - A relação de trabalho entre a empresa participante do processo licitatório e o profissional exigido no item
9.7.6 deve ser demonstrada obrigatoriamente na fase de habilitação do processo licitatório por meio de:
a) Contrato Social da empresa, em que conste o nome do profissional, ou;
b) Carteira de Trabalho, contendo o registro funcional do profissional, ou;
c) Contrato de Prestação de Serviço entre as partes, descriminando a função, a remuneração do(s) profissional (ais), a carga horária e duração do contrato.
9.7.7 - O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a (s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA ou CFT.

9.8 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
9.8.1 **Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
9.8.1.1 **– No caso de Sociedade Civil** (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.
9.8.1.2 **- Em se tratando de Sociedade por Ações** (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.
9.8.1.3 **- As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.
9.8.1.4 **– O MEI (Micro Empreendedor Individual)** para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar

a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

9.8.1.5 **– As sociedades constituídas hão menos de 12 (doze) meses**, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

9.8.1.6 - Os documentos referidos item 9.8.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.8.1.7 **- As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED**, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPEED contábil);
b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPEED contábil);
c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPEED contábil);
d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPEED contábil);

9.9 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial (deverá constar obrigatoriamente, as palavras falência e concordata), expedida no local da sede da licitante, no caso de não constar na certidão, o seu prazo de validade, a mesma deverá ter sido emitida há menos de noventa dias da data de abertura dos envelopes.

9.9.1 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital.

9.9.2 - Em se tratando de Licitante subsidiária integral, caso sua empresa controladora esteja em recuperação judicial, deverá ser apresentado Termo de Compromisso no qual a Licitante assegure que manterá a capacidade técnica, econômica, financeira e operacional, com vista a assegurar a execução do contrato.

9.10 - DA REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
c) Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão ou, na hipótese de as certidões não trazerem o prazo de validade, que elas tenham sido expedidas há, no máximo, 90 (noventa) dias, **composta de**:

c1) Certidão negativa de débito relativa aos tributos federais e à divida ativa da união, nela abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;
c2) Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado;
c3) Certidão Negativa expedida pela Prefeitura Municipal.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRS - Certidão de Regularidade de Situação, dentro do seu período de validade;
e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
f) Declaração de não empregar menor, salvo em condição de aprendiz (em conjunto com declaração unificada Anexo V).

9.11 – DECLARAÇÕES

9.11.1- Declaração unificada, conforme modelo constante no anexo V.

Observação: Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos

337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

9.12 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Para participar na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação os documentos abaixo:

9.12.1 – Declaração solicitando tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no anexo VII deste edital;

9.12.2- Certidão simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 90 dias da data prevista para abertura das propostas, na qual deverá comprovada esta condição.

9.12.3- A não apresentação dos documentos constantes nos itens 9.12.1 e 9.12.2 não acarretará na inabilitação, a empresa participará normalmente do certame, porém, mesmo sendo ME/EPP, participará da licitação sem os benefícios concedidos às ME/EPP.

9.13 - DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

9.13.1 - As Microempresas, Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

9.13.2 - Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME ou EPP.

9.13.3 - Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresa, empresas de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta de maior preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

9.13.4 - Ocorrendo o empate acima descrito, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão se presente o representante com poder para ofertar nova proposta ou no prazo de 24 horas se não estiver presente. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

9.13.5 - No caso de ME ou EPP ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

9.13.6 - Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal e trabalhista da proponente, a Comissão de Licitação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes por meio dos meios usuais de comunicação (edital, e-mail e publicação na imprensa oficial).

9.13.7 - Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos neste item, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as ME, EPP remanescentes que se enquadrem nesta hipótese, segundo a ordem de classificação.

9.13.8 - Na hipótese de não contratação de ME ou EPP, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

9.14 – Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

9.14.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

III – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.14.2 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – Empresas brasileiras;

III – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.15 - As regras previstas no item 9.14.2 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.16 - Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

9.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.19 - É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

10 - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

10.1 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.2 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE, sito à Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora, CEP 56.903-900, Serra Talhada - PE, Setor de Licitações

10.4 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

10.5 - Ao final da sessão, divulgada a decisão do Agente de Contratação, em face do ato de julgamento das propostas ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, se dela discordar, caberá recurso, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar motivadamente** em campo próprio do sistema da (www.portalserratalhada.com.br) sua intenção de recorrer, explicitando sucintamente suas razões.

10.6 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.7 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação à vencedora.

10.8 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.9 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE, sito à Rua Agostinho Nunes de Magalhaes n° 125, Centro, Serra Talhada - PE -.

10.11 - Caso o Agente de Contratação não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº

14.133/2021.

1 0 . 1 2 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.14 - Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

10.15 - Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do Município de Serra Talhada - PE.

11 - DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

11.1 - Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento o Agente de Contratação fará a adjudicação do objeto do presente certame à Licitante vencedora.

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Agente de Contratação, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

11.3 - Será facultado à Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4 - Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE poderá convocar os Licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

12.2 – Para a assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes itens documentos:

a) A contratada deve apresentar documentação dos funcionários a serem alocados às atividades, Registro de Funcionários, Atestado de Saúde Ocupacional, Ficha de EPI, Certificados de cursos de NR-10 e NR-35.

13 – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 - São designados como gestores do Contrato e responsáveis administrativos pela fiscalização da execução da entrega dos serviços objeto deste Edital os servidores deisgnados pela Secretaria de Obras, aos quais compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando aos gestores às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

I - Atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos equipamentos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

II - Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

III - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

IV - Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

V - Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

VI - Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

VII - Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

13.2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

13.3 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

13.4 – À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

13.5 - Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

a) representar os interesses da empresa perante a Administração;

b) realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;

c) manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;

d) comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

13.6 - A empresa contratada deve indicar um responsável pelo serviço, para comunicação entre a fiscalização do contrato e a empresa contratada. Fica a critério da fiscalização, solicitar, a qualquer tempo a substituição de qualquer funcionário da contratada, ao seu exclusivo critério, cabendo à contratada, neste caso, promover a substituição imediata ou no prazo de 05 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação, desde que não ocorra prejuízo da continuidade dos serviços, neste caso sendo prorrogado o prazo por igual período.

13.7 - O município de Serra Talhada - PE exercerá ampla fiscalização da Contratada através de equipe de funcionários com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços de manutenção normal e especial.

13.8 - A fiscalização deverá ter acesso diário ao sistema informatizado, implementado pela contratada, que contenha os registros de solicitações, manutenções e a relação dos materiais aplicados e ou substituídos em cada serviço executado de iluminação pública.

13.9 – Será permitido, a qualquer horário, o acesso da fiscalização às dependências da Contratada. A Contratada deverá submeter à aprovação da Fiscalização, mensalmente, relatório dos materiais e serviços efetivamente aplicados no sistema de iluminação pública.

14 - DAS OBRIGAÇÕES

14.1 - Obrigações da CONTRATADA

14.1.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.1.1.1 - A Contratada deverá efetuar a entrega dos produtos e serviços, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

14.1.1.2 - A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias o material/serviços com avarias, defeitos ou vícios;

14.1.1.3 - A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.1.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.1.5 - Deverá entregar, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, a mesma marca dos produtos apresentados em sua proposta.

14.1.1.6 - Manter instalações adequadas à execução do contrato, conforme especificado neste anexo.

14.1.1.7 - Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas

Instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município.

14.1.1.8 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

14.1.1.9 - Realizar todos os serviços descritos neste documento, e, diligenciar os casos omissos a fiscalização.

14.1.1.10 - Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

14.1.1.11 - Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas da energia elétrica da Concessionária e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

14.1.1.12 - Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.

14.1.1.13 - Manter seus empregados identificados e uniformizados.

14.1.1.14 - Identificar seus veículos, conforme descrito neste termo de referência.

14.1.1.15 - Considerando que a maior parte do sistema de iluminação pública está instalado em redes de distribuição de energia elétrica da Concessionária, deverá a CONTRATADA obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica e manter seu cadastro e homologação junto a mesma válidos por todo o período contratual.

14.1.1.16 - A CONTRATADA se obriga a informar a Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

14.1.1.17 - A CONTRATADA deverá registrar Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços junto ao CREA, devendo a ser encaminhada via juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.

14.2 - Obrigações da CONTRATANTE

14.2.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.2.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.2.3 - Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.2.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

14.2.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.2.6 - A administração do Município de Serra Talhada - PE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será realizado em até 30 dias após a emissão de nota fiscal pela contratada. A nota fiscal somente deverá ser emitida após aprovação da medição pela fiscalização.

15.2 - A empresa deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (dependendo do banco onde se encontram os recursos financeiros vinculados a despesa orçamentária) atrelada ao seu CNPJ, conforme comprovação apresentada mediante declaração emitida e assinada pelo banco.

15.3 - Em caso de a conta corrente ser de outro banco, o fornecedor arcará com o pagamento das despesas de tarifas bancarias das transações que ocorrerem.

15.4 - Em caso de atraso no pagamento por parte da Prefeitura de Serra Talhada - PE, o valor do montante será atualizado financeiramente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, bem como incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e juros de mora de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia de atraso e serão pagas por meio de crédito em conta corrente, conforme as regras contidas no item anterior, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

16 - DA CAUÇÃO CONTRATUAL

16.1 – Nao sera solicitado a licitante vencedora **Garantia ao Contrato.**

17 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1 - O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do contrato no PNCP e nos Diários Oficiais, nos termos do §1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, e terá duração de 12 (doze) meses, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por até dez anos, nos termos do art. 107.

17.1.1 - Por tratar-se de contrato de obra pública (escopo fechado), é vantajoso para a administração pública uma contratação plurianual, visto que há maior eficiência ao realizar apenas um processo licitatório ao invés de todo ano iniciar um novo processo.

17.2 - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação justificada pela Secretaria Municipal de Obras e anuída expressamente pelo Contratado, registrada nos autos.

17.3 - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

17.4 - Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE.

17.5 - A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

18 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

18.1 - Os preços serão reajustados observando-se a periodicidade de 12 (doze) meses, com **data-base vinculada à data do orçamento estimado**, de acordo com a variação acumulada do INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente, mediante requerimento protocolado pela CONTRATADA, em período de até 30 dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses.

18.1.1 - Se a solicitação não for protocolada nesse prazo, haverá preclusão ao direto de reajuste.

18.2 - A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente, devendo ser formalizado por meio de Termo Aditivo.

18.3 - O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:

a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;

b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;

c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;

d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;

e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

18.4 - O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

18.4.1 – Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

18.5.1 PRECLUSÃO LÓGICA PARA REAJUSTE DE PREÇOS

§ 4º - OPERAÇÃO DA PRECLUSÃO LÓGICA: O direito ao reajuste ou à revisão de preços em face de desequilíbrios ocorridos

durante a vigência do contrato deverá ser exercido obrigatoriamente antes da celebração de eventual Termo Aditivo de prorrogação contratual

§ 5º - A assinatura de aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual sem que haja expressa e formal ressalva por escrito por parte da Contratada acerca de pedidos pendentes de reajuste importará em renúncia tácita e preclusão lógica do direito, restando convalidados e aceitos os preços vigentes até então, em consonância com a jurisprudência pacificada do Tribunal de Contas da União (TCU).

§ 6º -O contratado que se julgar prejudicado por desequilíbrio econômico-financeiro severo deverá formalizar o pedido de revisão instruído com planilha analítica e documentação fiscal comprobatória no prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da ocorrência do evento que gerou o aumento do custo (fato gerador), sob pena de decair o seu direito de pleitear a revisão retroativa

19 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

19.2.1 **- Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

19.2.2 **- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

19.2.3 **- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

19.2.4 **- Multa:**

19.2.4.1 - moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

19.2.4.2 - 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação ou entrega seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços/entrega dos produtos, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias.

19.2.4.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso da inexecução total do contrato.

19.2.4.4 - O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

19.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação

integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

19.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

19.5 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

19.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

19.7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.9 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

19.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

19.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 – As dotações orçamentárias para suportar as despesas com a execução do contrato serão a conta das dotações orçamentárias previstas na L.O.A do exercício de 2026. 0800.154510424.1278-4490.51.00

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultado, ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2 - A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo da Lei Federal nº 14.133/21.

21.5 - Outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município e Serra Talhada - PE, no horário de expediente da Prefeitura, e-mail: cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br e

cplserratalhada2026@gmail.com;

21.6 - As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital;

21.7 - Fica assegurado à autoridade superior da Prefeitura, no interesse da Administração, o direito de adiar a data da abertura dos envelopes, divulgando a nova data marcada.

21.11 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas. A Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

21.12 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.13 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração deste Município.

21.14 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em sentido contrário.

21.15 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.16 - O desatendimento às exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública da licitação.

21.17 - Em caso de desfazimento deste processo licitatório, o mesmo será devidamente motivado, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.18 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos neste certame.

21.19- A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

21.20 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação vigente que rege a matéria.

22 - LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICÁVEIS

22.1 - Aplica-se à presente Licitação as disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações subsequentes. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitações.

23 - DO FORO

23.1 - Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Serra Talhada - PE para dirimir quaisquer dúvidas se/ ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Serra Talhada - PE, novembro de 2026.

Elyzandro Darley Fernandes Nogueira,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
Gestor do Fundo Geral

PREFEITURA DE
SERRA TALHADA
Cuidando do presente, trabalhando pelo futuro

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Em papel timbrado da empresa)

Ao
Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Serra Talhada – PE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2026

Razão Social: [Nome da Empresa]
CNPJ: [00.000.000/0000-00]
Endereço: [Endereço Completo, CEP, Cidade/UF]
E-mail / Telefone: [E-mail oficial] | [(00) 00000-0000]
Banco / Agência / Conta Corrente: [Dados Bancários para pagamento]

Apresentamos nossa proposta para a execução do objeto do Pregão Eletrônico nº 085/2026, referente à execução de obras de pavimentação em diversas ruas no Bairro da AABB, no município de Serra Talhada – PE, sob o regime de Empreitada Global, conforme especificações técnicas do Edital e Termo de Referência:

1. VALOR PROPOSTO:
- Valor Global Ofertado: R$ _____ (por extenso: _____).

2. CONDIÇÕES GERAIS:
a) No valor global proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, fretes, seguros, BDI, materiais, mão de obra e quaisquer despesas incidentes sobre a execução integral da obra.
b) Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.
c) Prazo de Execução da Obra: Conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro (12 meses).
d) Declaramos que conhecemos e aceitamos integralmente todas as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.

[Localidade - UF], ____ de _____ de 2026.

_____
[Nome do Representante Legal]
[Cargo / Função na Empresa]
[CPF e RG do Representante]

PREFEITURA DE
SERRA TALHADA
Cuidando do presente, trabalhando pelo futuro

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Sr. Agente de Contratação do Município de Serra Talhada - PE Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE, Estado de PERNAMBUCO **PREGÃO ELETRONICO Nº PMST-PE XX/2026**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na , através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuimos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) ....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Contrato.
5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
7) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
8) Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.
9) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III, do art. 5° da Constituição Federal.
10) Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente. E-mail:
Telefone: ( )
11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
12) Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação**.**
13) Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º.....,

para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Contrato, referente à **Pregão Eletronico n.º Nº PMST-PE 085/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Contrato.

....., ..., de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

ANEXO VI
ESTADO DE PERNAMBUCO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE CONTRATO Nº ___/
PREGÃO ELETRONICO N. PMST-PE xxxxxxxxxxxxx

Serviço de Pavimentação em Diversas Ruas no Bairro da AABB - Emenda Parlamenta: 202638130003.

No dia _____/_____/_____, de um lado o O **Município de SERRA TALHADA - PE**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida à Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Centro, Serra Talhada - PE, inscrita no CNPJ 10.282.945/0001-05, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **Elyzandro Darley Fernandes Nogueira**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico - Gestor do Fundo Geral, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Praça Adriana Carla de Souza, 74, Várzea, Serra Talhada - PE, inscrito no CPF 892.163.694-34 e RG 4589159 SSP-PE, no final assinado, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **xxxxxxxxxxxxxxx** Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx – Bairro xxxxxxxxxx - Município de xxxx/xx, neste ato representada por seu xxxxxxxxxx, Sr. xxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** resolvem pactuar o presente contrato.

O presente contrato o qual se rege pelo fundamento legal preconizado pela Lei Federal nº 14.133/21, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, e demais documentos que integram o processo, têm entre si como justo e contratado as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - (DO OBJETO)
O presente instrumento tem por objeto Serviço de Pavimentação em Diversas Ruas no Bairro da AABB - Emenda Parlamenta: 202638130003.

CLAUSULA SEGUNDA – (VINCULAÇÃO DO CONTRATO)
O presente contrato está vinculado á **PREGÃO ELETRONICO PMST-PE xxxxxxxxxxxxxx**, obrigando-se a **CONTRATADA** em manter durante a vigência do mesmo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA (VALOR E PAGAMENTO)
1 - O valor deste contrato é de **R$ XXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, conforme memorando nº 22.185/2022, enviado pela Secretária Municipal de Obras, segue descrito abaixo:
2 - O pagamento será realizado em até 30 dias após a emissão de nota fiscal pela contratada. A nota fiscal somente deverá ser emitida após aprovação da medição pela fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA (DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO)
1 - Os preços serão reajustados observando-se a periodicidade de 12 (doze) meses, com **data-base vinculada à data do orçamento estimado**, de acordo com a variação acumulada do INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente, mediante requerimento protocolado pela CONTRATADA, em período de até 30 dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses.
2 - Se a solicitação não for protocolada nesse prazo, haverá preclusão ao direto de reajuste.- A recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, além de obedecer aos requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, será proporcional ao desequilíbrio efetivamente suportado, cuja existência e extensão deverão ser comprovados pela CONTRATADA ou pelo CONTRATANTE, conforme o caso, e darão ensejo à alteração do valor do contrato para mais ou para menos, respectivamente, devendo ser formalizado por meio de Termo Aditivo.
3 - O pleito de reequilíbrio econômico-financeiro não será acolhido quando a parte interessada falhar em comprovar os requisitos previstos no caput desta Cláusula, em especial nas seguintes hipóteses:
a) A efetiva elevação dos encargos não resultar em onerosidade excessiva ou não restar comprovada e quantificada por memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada;
b) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio houver ocorrido em data anterior à sessão pública de disputa ou posterior à expiração da vigência do contrato;
c) Não for comprovado o nexo de causalidade entre o evento e a majoração dos encargos suportados pela parte interessada;
d) A parte interessada houver, direta ou indiretamente, contribuído para a majoração de seus próprios encargos, seja pela previsibilidade do evento, seja pela possibilidade de evitar a sua ocorrência;
e) A elevação dos encargos decorrer exclusivamente de variação inflacionária, hipótese já contemplada nos critérios de reajuste previstos neste instrumento;

f) O evento que houver dado causa ao desequilíbrio constituir álea ordinária imputável à CONTRATADA, quando o pleito houver sido apresentado por esta.

4 - O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

4.1 – Caso faltem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

4.2

CLÁUSULA QUINTA – (DA VIGÊNCIA)

1 - O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do contrato PNCP e nos Diários Oficiais, nos termos do §1º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, e terá duração de **12 (doze) meses,** nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021**,** podendo ser prorrogado por até dez anos, nos termos do art. 107.

1.1 - Por tratar-se de contrato de obra pública (escopo fechado), é vantajoso para a administração pública uma contratação plurianual, visto que há maior eficiência ao realizar apenas um processo licitatório ao invés de todo ano iniciar um novo processo.

2 - A Ordem de serviço será emitida em até 10 (dez) dias após a publicação do Contrato, salvo prorrogação justificada pela Secretaria Municipal de Obras e anuída expressamente pela CONTRATADA, registrada nos autos.

3 - Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

4 - Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE.

5 - A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLAUSULA SEXTA - (DO REGIME DE EXECUÇÃO)

O Objeto deste Contrato será executado em regime de Empreitada Global.

CLAUSULA SETIMA – (DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO)

1 - Será designado como gestor do contrato o Sr. **Euclides Ferreira da Silva Neto – CREA 182284239-5/PE**.

2 - Serão designados como fiscais responsáveis administrativos pela fiscalização da execução da instalação dos equipamentos, objetos deste Edital os servidores da Secretaria Municipal de Obras, **Sr. Euclides Ferreira da Silva Neto – CREA 182284239-5/PE**, aos quais compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor de cada Secretaria, fundo ou Fundação, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

2.1 - atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos equipamentos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

2.2 - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

2.3 - verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

2.4 - comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

2.5 - acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

2.6 - informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

2.7 - emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

4 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização;

5 – À Administração não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

6 - Ao preposto da empresa vencedora competirá, entre outras atribuições:

6.1 - representar os interesses da empresa perante a Administração;

6.2 - realizar os procedimentos administrativos junto a Administração;

6.3 - manter a Administração informada sobre o andamento e a qualidade dos produtos fornecidos;

6.4 - comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.

CLÁUSULA OITAVA – (DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES)

1 - Obrigações da CONTRATADA

1.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1.1.1 - A Contratada deverá efetuar a entrega dos produtos e serviços, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

1.1.2 - A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias o material/serviços com avarias, defeitos ou vícios;

1.1.3 - A Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.1.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.1.5 - Deverá entregar, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente, a mesma marca dos produtos apresentados em sua proposta.

1.1.6 - Manter instalações adequadas à execução do contrato, conforme especificado neste anexo.

1.1.7 - Dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido nas Instruções, bem como na forma da lei, respeitando as recomendações das Normas Técnicas Brasileiras, das Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município.

1.1.8 - Fornecer toda a mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

1.1.9 - Realizar todos os serviços descritos neste documento, e, diligenciar os casos omissos a fiscalização.

1.1.10 - Providenciar equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à segurança na execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

1.1.11 - Sinalizar, com equipamento adequado, conforme as normas da energia elétrica da Concessionária e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

1.1.12 - Utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos.

1.1.13 - Manter seus empregados identificados e uniformizados.

11.1.14 – Manter as condições de habilitação;

11.1.15 - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas

1.1.16 - Identificar seus veículos, conforme descrito neste termo de referência.

1.1.17 - Considerando que a maior parte do sistema de iluminação pública está instalado em redes de distribuição de energia elétrica da Concessionária, deverá a CONTRATADA obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica e manter seu cadastro e homologação junto a mesma válidos por todo o período contratual.

1.1.18 - A CONTRATADA se obriga a informar a Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

1.1.19 - A CONTRATADA deverá registrar Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços junto ao CREA, devendo a ser encaminhada via juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.

2 - Obrigações da CONTRATANTE

2.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

2.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

2.3 - Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

2.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

2.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

2.6 - A administração do Município de Serra Talhada - PE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

1 - Homologada a licitação pela autoridade competente da Prefeitura, a empresa licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
2 – Para a assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes itens documentos:
2.1 - Certificado de registro cadastral - CRC emitido pela energia elétrica da Concessionária Distribuição, válido, em nome da proponente, contendo no mínimo as seguintes atividades: 2.2.8 - Serviços de manutenção de iluminação pública.
2.2 - A contratada deve apresentar documentação dos funcionários a serem alocados às atividades, Registro de Funcionários, Atestado de Saúde Ocupacional, Ficha de EPI, Certificados de cursos de NR-10 e NR-35.
2.3 - A contratada deve apresentar documentação e laudos do veículo conforme item 2.1.2 do anexo I Termo de Referência.
2.4 - A Licitante vencedora do Certame deverá apresentar a comprovação de instalação da empresa, capacidade operacional e equipamentos mencionados no item 2.1 e subitens do Anexo I - Projeto Básico, no momento da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA DECIMA – (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – AUMENTO E SUPRESSÃO)
1 - A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.
2 - A empresa vencedora obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, que, a critério da Administração, se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto no Art. 125 da Lei n° 14.133/21.
3 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)
As dotações orçamentárias para suportar as despesas com a execução do contrato serão a conta das dotações orçamentárias previstas na L.O.A do exercício de 2026.02 08 04 4490 5100.
CLAUSULA DECIMA SEGUNDA (DA RESCISÃO CONTRATUAL)
1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções revistas no presente contrato.
2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
3 - O termo de rescisão será lavrado sob orientação da Controladoria do Município, no que couber.
3.1 - Em nenhuma hipótese a Prefeitura Municipal de Serra Talhada - PE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.
4 - O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:
4.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro atualizado;
4.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e os ainda devidos;
4.3 - Multas e eventuais indenizações.
5 - Rescindido o contrato, o CONTRATANTE assinalará prazo para que a CONTRATADA desmobilize o canteiro, deixando o imóvel inteiramente livre e desimpedido.
6 - O descumprimento das obrigações contratuais relativas à conformidade ao marco legal anticorrupção poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DA CAUÇÃO CONTRATUAL
1 - A licitante vencedora nao prestará **garantia ao Contrato,**
2
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – (DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS)
1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
m) der causa à inexecução parcial do contrato;
n) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
o) der causa à inexecução total do contrato;

p) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
q) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
r) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
s) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
t) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
u) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
v) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
w) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
x) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
2.4 - Multa:
2.4.1 - moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.
2.4.2 - 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação ou entrega seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços/entrega dos produtos, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias.
2.4.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso da inexecução total do contrato.
19.2.4.4 - O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
19.5 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. 9 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
g) as peculiaridades do caso concreto;
h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
i) os danos que dela provierem para o Contratante;
j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo

com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

12 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - (DAS ALTERAÇÕES)

O presente instrumento de CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no Título III, Capítulo VII, DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO)

O CONTRATANTE providenciará a publicação do contrato de acordo com o prazo previsto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (DAS DESPESAS DO CONTRATO)

Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – (DA ANALISE)

A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, conforme determina a legislação em vigor.CLÁUSULA DÉCIMA NONA – (DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/21, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo), sendo que eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - (DO FORO)

Fica eleito o foro da Comarca de Serra Talhada - PE, Estado de PERNAMBUCO para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais especial ou privilegiado que seja.

Serra Talhada - PE, --, ---------- de 2026 .

Elyzandro Darley Fernandes Nogueira
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo - Gestor Fundo Geral
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

1._____ CPF _____

PREFEITURA DE
SERRA TALHADA
Cuidando do presente, trabalhando pelo futuro

2._____ CPF _____

PREFEITURA DE
SERRA TALHADA
Cuidando do presente, trabalhando pelo futuro

ANEXO VII

ANEXO V - DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006.

PREGÃO ELETRONICO N.º PMST-PE 085/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006. ( )

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Que do capital da Empresa não participa pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar;

Que o titular ou sócio da Empresa não participa com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar.

Que estará observando as disposições do § 2º do art. 4, não tendo celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação.

.....
Local e data.

.....
Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DA AABB

ORÇAMENTO BASE

TABELA REFERÊNCIA: SINAPI 09/2026

ITEM	TABELA / CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO C/BDI	PREÇO TOTAL
		BAIRRO AABB					
1.0		**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**					**R$ 168.815,79**
1.1	COMP_01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO	UN	1,00	R$ 135.867,84	R$168.815,79	R$ 168.815,79
2.0		**CANTEIRO DE OBRAS**					**R$ 57.405,03**
2.1	COMP_02	INSTALAÇÕES DO CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,00	R$ 10.470,00	R$ 13.008,98	R$ 13.008,98
2.2	COMP_04	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	UN	1,00	R$ 9.308,00	R$ 11.565,19	R$ 11.565,19
2.3	SINAPI REFERENCIAL-103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	8,00	R$ 503,96	R$ 626,17	R$ 5.009,36
2.4	COMP_11	EQUIPE DE TOPOGRAFIA	DIA	35,00	R$ 639,76	R$ 794,90	R$ 27.821,50
		PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS GRANÍTICO					
3.0		**RUA PROFESSORA MARIA JOSÉ PEREIRA KERHLE**					**R$ 399.672,49**
3.1	SINAPI REFERENCIAL-101144	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M³	724,50	R$ 16,15	R$ 20,07	R$ 14.540,71
3.2	SINAPI REFERENCIAL-100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	2898,00	R$ 2,91	R$ 3,62	R$ 10.490,76
3.3	SINAPI REFERENCIAL-101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M²	2898,00	R$ 89,68	R$ 111,43	R$ 322.924,14
3.4	SINAPI REFERENCIAL-94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	828,00	R$ 50,27	R$ 62,46	R$ 51.716,88
4.0		**RUA WILLANI KERHLE**					**R$ 317.556,28**
4.1	SINAPI REFERENCIAL-101144	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M³	575,65	R$ 16,15	R$ 20,07	R$ 11.553,29
4.2	SINAPI REFERENCIAL-100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	2302,58	R$ 2,91	R$ 3,62	R$ 8.335,33
4.3	SINAPI REFERENCIAL-101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M²	2302,58	R$ 89,68	R$ 111,43	R$ 256.576,48
4.4	SINAPI REFERENCIAL-94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	657,88	R$ 50,27	R$ 62,46	R$ 41.091,18
5.0		**RUA MARIA LUÍZA KERHLE MOURATO**					**R$ 446.436,08**
5.1	SINAPI REFERENCIAL-101144	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M³	809,27	R$ 16,15	R$ 20,07	R$ 16.242,04
5.2	SINAPI REFERENCIAL-100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	3237,08	R$ 2,91	R$ 3,62	R$ 11.718,22
5.3	SINAPI REFERENCIAL-101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M²	3237,08	R$ 89,68	R$ 111,43	R$ 360.707,82
5.4	SINAPI REFERENCIAL-94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	924,88	R$ 50,27	R$ 62,46	R$ 57.768,00
6.0		**RUA ENOCK DE CARVALHO**					**R$ 446.436,08**
6.1	SINAPI REFERENCIAL-101144	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M³	809,27	R$ 16,15	R$ 20,07	R$ 16.242,04
6.2	SINAPI REFERENCIAL-100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	3237,08	R$ 2,91	R$ 3,62	R$ 11.718,22

Lucymara N. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DA AABB

ORÇAMENTO BASE

TABELA REFERÊNCIA: SINAPI 09/2026

6.3	SINAPI REFERENCIAL-101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M²	3237,08	R$ 89,68	R$ 111,43	R$	360.707,82
6.4	SINAPI REFERENCIAL-94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	924,88	R$ 50,27	R$ 62,46	R$	57.768,00
7.0		**RUA AFONSO KERHLE-TRECHO 1**						
							R$	**132.741,57**
7.1	SINAPI REFERENCIAL-101144	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M³	240,63	R$ 16,15	R$ 20,07	R$	4.829,44
7.2	SINAPI REFERENCIAL-100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	962,50	R$ 2,91	R$ 3,62	R$	3.484,25
7.3	SINAPI REFERENCIAL-101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M²	962,50	R$ 89,68	R$ 111,43	R$	107.251,38
7.4	SINAPI REFERENCIAL-94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	275,00	R$ 50,27	R$ 62,46	R$	17.176,50
8.0		**RUA MARIA FRANCISCA DA SILVA**						
							R$	**132.741,57**
8.1	SINAPI REFERENCIAL-101144	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M³	240,63	R$ 16,15	R$ 20,07	R$	4.829,44
8.2	SINAPI REFERENCIAL-100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	962,50	R$ 2,91	R$ 3,62	R$	3.484,25
8.3	SINAPI REFERENCIAL-101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M²	962,50	R$ 89,68	R$ 111,43	R$	107.251,38
8.4	SINAPI REFERENCIAL-94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	275,00	R$ 50,27	R$ 62,46	R$	17.176,50
9.0		**RUA JOSÉ JOAQUIM DE LIMA**						
							R$	**362.022,19**
9.1	SINAPI REFERENCIAL-101144	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M³	656,25	R$ 16,15	R$ 20,07	R$	13.170,94
9.2	SINAPI REFERENCIAL-100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	M²	2625,00	R$ 2,91	R$ 3,62	R$	9.502,50
9.3	SINAPI REFERENCIAL-101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	M²	2625,00	R$ 89,68	R$ 111,43	R$	292.503,75
9.4	SINAPI REFERENCIAL-94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	750,00	R$ 50,27	R$ 62,46	R$	46.845,00

VALOR TOTAL	R$ 2.463.827,08
VALOR REPASSE	R$ 1.871.161,18
VALOR DE CONTRAPARTIDA	R$ 592.665,90

Lucyrlaia R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA TALHADA

OBRA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DA AABB

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	1 ° MÊS	2 ° MÊS	3 ° MÊS	4 ° MÊS	5 ° MÊS	6 ° MÊS	7 ° MÊS	8 ° MÊS	9 ° MÊS	10 ° MÊS	11 ° MÊS	12 ° MÊS	TOTAL (R$)
	BAIRRO AABB													
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	10,56%	10,54%	13,07%	13,07%	2,77%	4,76%	4,48%	2,49%	7,98%	10,67%	11,15%	8,46%	168.815,79
		17.826,95	17.793,16	22.064,22	22.064,22	4.676,20	8.035,63	7.562,95	4.203,51	13.471,50	18.012,64	18.822,96	14.281,82	
2.0	CANTEIRO DE OBRAS	50,00%	50,00%											57.405,03
		28.702,52	28.702,52											
3.0	RUA PROFESSORA MARIA JOSÉ PEREIRA	43,00%	44,00%	13,00%										399.672,49
		171.859,17	175.855,90	51.957,42										
4.0	RUA WILLANI KERHLE			39,00%	55,00%	6,00%								317.556,28
				123.846,95	174.655,95	19.053,38								
5.0	RUA MARIA LUÍZA KERHLE MOURATO					48,00%	52,00%							446.436,08
						214.289,32	232.146,76							
6.0	RUA ENOCK DE CARVALHO							40,00%	40,00%	20,00%				446.436,08
								178.574,43	178.574,43	89.287,22				
7.0	RUA AFONSO KERHLE-TRECHO 1													132.741,57
										65,00%	35,00%			
8.0	RUA MARIA FRANCISCA DA SILVA									86.282,02	46.459,55			132.741,57
											100,00%			
9.0	RUA JOSÉ JOAQUIM DE LIMA										132.741,57	50,00%	50,00%	362.022,19
		50,00%	50,00%									181.011,10	181.011,10	
		50,00%	50,00%											
	TOTAL (R$)	R$ 218.388,64	R$ 222.351,60	R$ 197.668,59	R$ 196.720,17	R$ 238.018,90	R$ 240.182,39	R$ 186.137,38	R$ 182.777,94	R$ 189.040,74	R$ 197.213,76	R$ 199.834,06	R$ 195.292,92	2.463.827,08
	TOTAL ACUMULADO	R$ 218.388,64	R$ 440.740,24	R$ 638.608,83	R$ 835.329,00	R$ 1.073.347,90	R$ 1.313.530,29	R$ 1.499.667,67	R$ 1.682.445,61	R$ 1.871.486,35	R$ 2.068.700,11	R$ 2.268.534,17	R$ 2.463.827,08	
	PERCENTUAL ACUMULADO	8,86%	17,88%	25,91%	33,89%	43,55%	53,30%	60,85%	68,27%	75,94%	83,94%	92,05%	100,00%	

Luciano [illegible] Godoy Andrada
Engenheiro Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

JORGE EDUARDO DE ALENCAR MARTINS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA 2646R-D/PE

GABINETE PREFEITURA DE SERRA TALHADA
Cuidando do presente, trabalhando pelo futuro

OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DA AABB

RUAS CONTEMPLADAS

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (M²)	EXTENSÃO (M)
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
2.0	CANTEIRO DE OBRAS		
3.0	RUA PROFESSORA MARIA JOSÉ PEREIRA KERHL	2.898,00	414,00
4.0	RUA WILLANI KERHLE	2.302,58	328,94
5.0	RUA MARIA LUÍZA KERHLE MOURATO	3.237,08	462,44
6.0	RUA ENOCK DE CARVALHO	3.237,08	462,44
7.0	RUA AFONSO KERHLE-TRECHO 1	962,50	137,50
8.0	RUA MARIA FRANCISCA DA SILVA	962,50	137,50
9.0	RUA JOSÉ JOAQUIM DE LIMA	2.625,00	375,00
TOTAL		**16.224,74**	**2.317,82**

Lucynara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

GABINETE

PREFEITURA DE
SERRA TALHADA
Cuidando do presente, trabalhando pelo futuro

OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DA AABB

RESUMO DO ORÇAMENTO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)	%
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	168.815,79	6,85%
2.0	CANTEIRO DE OBRAS	57.405,03	2,33%
3.0	RUA PROFESSORA MARIA JOSÉ PEREIRA KER	399.672,49	16,22%
4.0	RUA WILLANI KERHLE	317.556,28	12,89%
5.0	RUA MARIA LUÍZA KERHLE MOURATO	446.436,08	18,12%
6.0	RUA ENOCK DE CARVALHO	446.436,08	18,12%
7.0	RUA AFONSO KERHLE-TRECHO 1	132.741,57	5,39%
8.0	RUA MARIA FRANCISCA DA SILVA	132.741,57	5,39%
9.0	RUA JOSÉ JOAQUIM DE LIMA	362.022,19	14,69%
		2.463.827,08	

Engenheiro Civil
Fiscal da Obra
CREA: 034472/PE

GABINETE

PREFEITURA DE SERRA TALHADA
Cuidando do presente, trabalhando pelo futuro

selo unicef

OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DA AABB

REFERÊNCIAS : SINAPI 09/2026

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UN	COEF		R$ 135.867,84
COMP_01		**ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO**	**UN**			**R$ 135.867,84**
90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	264,0000	148,51	39.206,64
93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	12,0000	8.055,10	96.661,20
OBS:		1 HORA DIÁRIA PARA O ENGENHEIRO CIVIL.				
COMP_02		**INSTALAÇÕES DO CANTEIRO DE OBRAS**	**UN**			**R$ 10.470,00**
10775	SINAPI	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	MES	12,0000	872,50	10.470,00
OBS:		CONSIDERADO 1 INSTAL TOP, 1 INSTALAÇÃO PARA ESCRITORIO + 1 INTALAÇÃO PARA ALMOXARIFADO + 1 INSTALAÇÃO PARA BANHEIRO + 1 INSTALAÇÃO PARA REFEITÓRIO.				
COMP_03		**MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**	**UN**			**R$ 9.308,00**
E9665	SICRO	CAVALO MECANICO COM SEMIRREBOQUE COM CAPACIDADE DE 20 T - 276 KW	CHP	20,0000	465,40	9.308,00
OBS:		FOI ESTIMADA MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MOTONIVELADORA) EM 2 DIAS.				
COMP_04			**DIA**			**R$ 639,76**
90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8,0000	38,79	310,32
88253	SINAPI	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	16,0000	20,59	329,44
OBS.:		1 TOPOGRAFO E 2 AUXILIARES, REFERENTE A 8:00 HORAS DIÁRIAS.				

Lucynara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 98472/PE

PREFEITURA DE SERRA TALHADA

SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

OBRA: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DA AABB

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
	GRUPO A		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salario Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
A	**Total dos Encargos Sociais Básicos**	**36,80**	**36,80**
	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal e Feriados	18,01	0,00
B2	Feriados	4,32	0,00
B3	Auxilio Enfermidade	0,86	0,65
B4	13º Salário	10,97	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,05
B6	Faltas Justificativas	0,73	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,96	0,00
B8	Auxilio Acidente de Trabalho	0,10	0,07
B9	Férias Gozadas	9,95	7,56
B10	Salário Maternidade	0,03	0,03
B	**Total dos Encargos Sociais que recebem incidências de A**	**47,00**	**17,25**
	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,77	3,63
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,09
C3	Férias Indenizadas	3,98	3,03
C4	Depósito Resição Sem Justa Causa	3,06	2,33
C5	Indenização Adicional	0,40	0,31
C	**Total dos Encargos Sociais que recebem incidências de A**	**12,32**	**9,39**
	GRUPO D		
D1	Reincidência dos encargos sobre o GRUPO "A" sobre "B"	17,30	6,35
D2	Reincidência do Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre AvisoPrévio Indenizao	0,42	0,32
D	**Total de Reincidências de um grupo sobre o outro**	**17,72**	**6,67**
	***GRUPO E**		
E1			
E	Total dos Encargos Sociais Complementares	0,00	0,00
	TOTAL (A+B+C+D+E)	**113,84**	**70,11**
OBS: *Grupo E deverá ser apropriado como item do custo direto			

Lucynara [illegible] de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras da Mun. de S. Talhada
CREA: 58472/PE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para **execução de obras de pavimentação das Ruas Professora Maria José Pereira Kehrle, Willani Kehrle, Maria Luiza Kehrle Mourato, Enock de Carvalho, Afonso Kehrle – Trecho 01, Maria Francisca da Silva, José Joaquim de Lima, localizadas no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE**, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidos neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram a contratação.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura viária do Município de Serra Talhada–PE, mediante a execução de serviços de pavimentação em vias que apresentam necessidade de melhorias em suas condições de trafegabilidade.

A pavimentação proporcionará melhores condições de circulação de veículos e pedestres, contribuindo para a segurança, mobilidade urbana e qualidade de vida da população beneficiada.

A intervenção nas devidas ruas, contribuirá ainda para a melhoria das condições de acesso e deslocamento dos moradores e usuários dessas localidades.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços necessários à implantação da pavimentação das vias indicadas, incluindo, conforme as especificações técnicas:

- serviços preliminares;
- preparação e regularização do terreno;
- execução de pavimentação;
- execução de meio-fio;
- limpeza final da obra;
- fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o memorial, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e normas técnicas aplicáveis.

Luciana [illegible] de Godoy Andrade
Engenheira Civil
Fiscal de Obras Municipais

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá:

a) possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação;

b) executar os serviços de acordo com as especificações fornecidos pela Administração;

c) disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e materiais necessários à execução da obra;

d) observar as normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis aos serviços;

e) cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;

f) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados;

g) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

h) reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, os serviços que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações.

5. DO VALOR ESTIMADO

O valor estimado para a execução do objeto é de:

R$ 2.463.827,08 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e oito centavos).

O valor contempla todos os custos necessários à execução integral dos serviços, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos sociais e trabalhistas, tributos, transporte, administração, despesas indiretas e demais custos incidentes sobre a execução da obra.

6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados nos seguintes locais:

- **Rua Professora Maria José Pereira - Bairro AABB, Serra Talhada – PE;**
- **Rua Rua Willani Kehrle - Bairro AABB, Serra Talhada – PE;**
- **Rua Maria Luiza Kehrle Mourato - Bairro AABB, Serra Talhada – PE;**
- **Rua Enock de Carvalho - Bairro AABB, Serra Talhada – PE;**
- **Rua Afonso Kehrle – Trecho 01 - Bairro AABB, Serra Talhada – PE;**
- **Rua Maria Francisca da Silva - Bairro AABB, Serra Talhada – PE;**
- **Rua José Joaquim de Lima - Bairro AABB, Serra Talhada – PE.**

Lucymara P. de Godoy Andrade
Engenheira Civil

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

- executar integralmente os serviços previstos no objeto;
- fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários;
- cumprir as determinações da fiscalização da obra;
- manter o local de execução organizado e seguro;
- responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços;
- cumprir as normas ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis;
- apresentar os documentos e informações solicitados pela fiscalização;
- realizar a limpeza do local ao término dos serviços;
- corrigir eventuais falhas ou irregularidades constatadas pela fiscalização.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante:

- fornecer à contratada as especificações e demais documentos necessários à execução do objeto;
- emitir a Ordem de Serviço;
- acompanhar e fiscalizar a execução da obra;
- prestar os esclarecimentos necessários à contratada;
- verificar a conformidade dos serviços executados;
- efetuar os pagamentos devidos após o cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

9. DA FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração Municipal.

A fiscalização verificará o cumprimento das especificações técnicas, do cronograma físico-financeiro, da qualidade dos materiais e dos serviços executados, bem como das demais obrigações previstas no contrato.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto.

Lucyana R. de Godoy André
Engenheira Civil

10. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado conforme a execução dos serviços e mediante apresentação das respectivas medições, devidamente atestadas pela fiscalização da obra, observadas as condições estabelecidas no contrato.

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e aceitos pela Administração.

11. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

O objeto será recebido:

a) Provisoriamente: após a conclusão dos serviços, mediante verificação de sua conformidade com as especificações e demais documentos da contratação;

b) Definitivamente: após a correção de eventuais pendências identificadas no recebimento provisório e constatada a adequada execução do objeto.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar sua capacidade técnica para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante apresentação da documentação exigida no instrumento convocatório, observada a legislação aplicável.

Quando exigível, deverão ser apresentados os respectivos registros e documentos de responsabilidade técnica perante o conselho profissional competente.

13. DA GARANTIA

A contratada deverá garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços, responsabilizando-se pela correção de defeitos, vícios ou falhas decorrentes da execução da obra, nos prazos e condições previstos na legislação e no contrato.

14. DAS SANÇÕES

O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria do Município de Serra Talhada–PE, a ser indicada pelo setor competente.

16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A contratação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à execução de obras públicas.

Lucymara R. de Godoy Andrade
Engenheira Civil

17. DA CONCLUSÃO

Diante da necessidade de melhoria das condições de infraestrutura e mobilidade das localidades beneficiadas, considera-se necessária a contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação objeto deste Termo de Referência, pelo valor estimado de **R$ 2.463.827,08** observados as especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro que integrarão a contratação.

RESPONSÁVEL TÉCNICA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto analisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação de empresa especializada para a execução de obras de pavimentação das Ruas Professora Maria José Pereira Kehrle, Willani Kehrle, Maria Luiza Kehrle Mourato, Enock de Carvalho, Afonso Kehrle – Trecho 01, Maria Francisca da Silva, José Joaquim de Lima, localizadas no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

A contratação deverá compreender a execução de todos os serviços necessários à implantação da pavimentação, incluindo, conforme as características de cada trecho, serviços de preparação e regularização do terreno, execução das camadas estruturais do pavimento, revestimento, meio-fio e demais serviços complementares necessários à adequada conclusão das vias.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração Municipal identificou a necessidade de intervenção na infraestrutura viária das localidades contempladas, tendo em vista a necessidade de proporcionar melhores condições de deslocamento à população e assegurar infraestrutura compatível com as necessidades de circulação de veículos e pedestres.

As condições inadequadas de pavimentação de uma via interferem diretamente na mobilidade da população, podendo provocar dificuldades de circulação, principalmente durante os períodos chuvosos, além de favorecer processos erosivos, formação de pontos de acúmulo de água, lama e irregularidades na superfície de rolamento.

Essas condições também podem aumentar a necessidade de intervenções de manutenção, ocasionando gastos recorrentes para a Administração Pública sem proporcionar, necessariamente, uma solução definitiva para os problemas existentes.

Nas **Ruas contempladas, no bairro AABB**, a intervenção deverá melhorar as condições atualmente verificadas no local, bem como a infraestrutura, de modo que a solução seja definida a partir de vistoria e levantamento técnico atualizado.

A necessidade da contratação, portanto, decorre da busca por uma solução de infraestrutura viária que apresente maior durabilidade, segurança, funcionalidade e melhores condições de mobilidade para a população beneficiada.

Lucyna ... Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

A intervenção deverá ser planejada de forma a considerar não apenas a implantação do revestimento da via, mas o conjunto de elementos necessários para o adequado desempenho do pavimento, especialmente as condições do subleito, geometria da via e dispositivos de acabamento.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público ao buscar a melhoria das condições de circulação, a redução de problemas decorrentes das condições inadequadas das vias e a qualificação da infraestrutura pública existente.

3. ÁREAS OBJETO DA INTERVENÇÃO

A contratação contemplará, preliminarmente, as seguintes localidades:

3.1. Rua Professora Maria José Pereira – Bairro AABB

Localizada no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

3.2. Rua Willani Kehrle – Bairro AABB

Localizada no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

3.3. Rua Maria Luiza Kehrle Mourato – Bairro AABB

Localizada no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

3.4. Rua Enock de Carvalho – Bairro AABB

Localizada no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

3.5. Rua Afonso Kehrle – Trecho 01 – Bairro AABB

Localizada no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

3.6. Rua Maria Francisca da Silva – Bairro AABB

Localizada no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

3.7. Rua José Joaquim de Lima – Bairro AABB

Localizada no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

Lucymara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO

A solução a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

4.1. Requisitos técnicos

A obra deverá ser executada de acordo com as especificações técnicas, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos elaborados para a contratação.

Deverão ser considerados, quando aplicáveis:

- Caracterização do terreno;
- Avaliação das condições do subleito;
- Definição da estrutura do pavimento;
- Dimensionamento das camadas do pavimento;
- Adequação dos acessos às propriedades;
- Execução de meio-fio;
- Compatibilização com redes e demais interferências existentes.

4.2. Qualidade dos materiais

Os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas estabelecidas no projeto e às normas técnicas aplicáveis, devendo ser compatíveis com a solução de pavimentação adotada.

4.3. Execução

A execução deverá ser realizada por empresa com capacidade técnico-operacional compatível com o objeto, observando-se as condições estabelecidas nos documentos da contratação.

Os serviços deverão ser acompanhados por profissional habilitado e responsável técnico, com emissão da respectiva ART ou, conforme a natureza dos serviços.

4.5. Sustentabilidade

Deverão ser adotadas práticas que reduzam desperdícios, promovam o uso racional de materiais e possibilitem a adequada destinação dos resíduos gerados durante a execução da obra.

Lucyna a R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA 061872/PE

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

Para atendimento da necessidade identificada, foram consideradas diferentes possibilidades de intervenção.

5.1. Alternativa 1 – Manutenção periódica das vias

A primeira alternativa consiste na realização de serviços periódicos de manutenção, como nivelamento, patrolamento, reposição de material e correções pontuais. Embora essa alternativa possa solucionar problemas localizados de forma imediata, ela não elimina a necessidade de intervenções futuras e apresenta limitações quanto à durabilidade e às condições de circulação, especialmente em períodos de precipitação.

Trata-se, portanto, de uma solução de caráter predominantemente paliativo.

5.2. Alternativa 2 – Recuperação pontual das áreas mais deterioradas

Outra possibilidade seria realizar apenas a recuperação dos pontos considerados críticos, mantendo parte da estrutura existente.

Essa alternativa poderá ser tecnicamente adequada quando o pavimento existente apresentar condições satisfatórias na maior parte da extensão da via. Entretanto, sua adoção depende de avaliação técnica específica, pois intervenções pontuais podem não solucionar problemas relacionados à estrutura do pavimento, drenagem ou condições do subleito.

5.3. Alternativa 3 – Execução de pavimentação da via

A terceira alternativa consiste na execução de uma solução completa de pavimentação, contemplando a preparação da plataforma, regularização do terreno, execução das camadas necessárias, revestimento e dispositivos complementares.

Essa solução permite tratar a via de maneira integrada, considerando as condições do terreno e as características de utilização da área.

5.4. Solução a ser adotada

Considerando a necessidade de proporcionar uma solução durável e funcional para as vias contempladas, entende-se, preliminarmente, que a **execução da pavimentação constitui a alternativa mais adequada**, condicionada à confirmação das condições locais por meio dos levantamentos e estudos de engenharia.

O tipo de pavimentação a ser utilizado não deverá ser definido de maneira genérica neste ETP, devendo resultar da análise técnica das características de cada via, considerando fatores como tráfego, condições do solo, disponibilidade de materiais, custos de implantação, manutenção e vida útil esperada.

Luciana [illegible] Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na execução das obras necessárias à implantação ou recuperação da pavimentação das vias contempladas, de forma a garantir condições adequadas de circulação e desempenho do sistema viário. A solução deverá ser desenvolvida considerando a via como um sistema integrado, não se restringindo à aplicação do revestimento superficial.

De acordo com as condições encontradas poderão ser necessários os seguintes serviços:

1. Serviços preliminares e mobilização;
2. Limpeza e preparação da área;
3. Regularização e compactação do subleito;
4. Execução do revestimento da via;
5. Implantação ou recuperação de meio-fio;
6. Adequação dos acessos às propriedades;
7. Limpeza e desmobilização da obra.

A definição dos serviços efetivamente necessários dependerá dos levantamentos técnicos e de engenharia.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos deverão ser determinados a partir dos estudos necessários, considerando as dimensões reais de cada via.

A memória de cálculo deverá demonstrar os quantitativos adotados para cada serviço, permitindo sua conferência e compatibilização com o orçamento.

Os quantitativos definitivos deverão constar na respectiva memória de cálculo.

8. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Melhorar as condições de circulação de veículos e pedestres;
- Proporcionar maior segurança aos usuários das vias;
- Reduzir os impactos decorrentes da ausência ou precariedade da pavimentação;
- Reduzir a formação de lama e poeira;
- Minimizar processos erosivos e deterioração das vias;
- Proporcionar maior durabilidade à infraestrutura implantada;
- Reduzir a necessidade de intervenções corretivas frequentes;
- Melhorar as condições de acesso às residências e demais imóveis;
- Promover melhores condições de mobilidade para a população;

Lucyna R. de Godoy Andrad
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhad
CREA: 38472/PE

- Qualificar a infraestrutura viária das localidades beneficiadas.

Em termos de economicidade, busca-se implantar uma solução tecnicamente adequada, dimensionada às condições de utilização da via e compatível com os recursos públicos disponíveis, evitando intervenções de baixa durabilidade e a necessidade de retrabalho.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

Previamente à contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Realização de vistoria técnica nas áreas;
- Levantamento das condições existentes;
- Definição da solução de pavimentação;
- Elaboração do memorial descritivo;
- Elaboração das especificações técnicas;
- Elaboração da memória de cálculo dos quantitativos;
- Elaboração do orçamento detalhado;
- Elaboração do cronograma físico-financeiro;
- Definição da fiscalização e gestão contratual.

A Administração deverá assegurar que os elementos técnicos estejam compatibilizados antes do início da execução, evitando alterações decorrentes de informações insuficientes sobre as condições locais.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A execução da obra poderá produzir impactos ambientais temporários decorrentes da movimentação de solo, operação de máquinas, geração de resíduos, emissão de poeira e ruídos.

Os principais impactos esperados são:

- Geração de resíduos da construção civil;
- Emissão de material particulado;
- Emissão de ruídos;
- Movimentação e transporte de materiais;
- Alteração temporária da circulação local;

Como medidas mitigadoras deverão ser adotadas:

- Gerenciamento adequado dos resíduos gerados;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- Organização do canteiro;

Lucynara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

A execução deverá observar a legislação ambiental e as normas aplicáveis à gestão dos resíduos da construção civil.

11. ANÁLISE DE VIABILIDADE

A contratação apresenta viabilidade técnica, desde que precedida dos levantamentos e estudos necessários para definição da solução de engenharia.

Do ponto de vista técnico, a pavimentação é uma intervenção compatível com a necessidade de melhoria da infraestrutura viária das localidades contempladas, devendo sua execução observar as características específicas de cada via.

Do ponto de vista econômico, a contratação deverá ser respaldada por orçamento detalhado, elaborado a partir dos quantitativos e de referências de preços aplicáveis, permitindo verificar a compatibilidade do investimento com os benefícios esperados.

Do ponto de vista ambiental, os impactos previstos são predominantemente temporários e passíveis de controle mediante adoção de medidas adequadas de gerenciamento da obra e dos resíduos.

Assim, a solução apresenta condições de viabilidade, condicionada à levantamentos e orçamento necessários.

12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante dos elementos analisados, conclui-se pela **viabilidade da contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação das Ruas Professora Maria José Pereira Kehrle, Willani Kehrle, Maria Luiza Kehrle Mourato, Enock de Carvalho, Afonso Kehrle – Trecho 01, Maria Francisca da Silva, José Joaquim de Lima, localizadas no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.**

A contratação mostra-se adequada para atender à necessidade de melhoria da infraestrutura viária das localidades, proporcionando melhores condições de circulação, segurança, acessibilidade e mobilidade à população.

A solução definitiva deverá ser estabelecida com base nos levantamentos de campo e nos estudos de engenharia, de modo que o tipo de pavimentação, estrutura do pavimento, quantitativos e demais serviços sejam dimensionados de acordo com as condições reais de cada trecho.

Lucyna da R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA [illegible]/PE

O prosseguimento da contratação deverá ocorrer mediante elaboração de documentos técnicos necessários, incluindo orçamento detalhado, memória de cálculo dos quantitativos, cronograma físico-financeiro e demais elementos necessários à adequada execução e fiscalização da obra.

Lucynara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

RESPONSÁVEL TÉCNICA

Lucynara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

MEMORIAL DESCRITIVO

Objeto: Execução de obras de pavimentação das Ruas Professora Maria José Pereira Kehrle, Willani Kehrle, Maria Luiza Kehrle Mourato, Enock de Carvalho, Afonso Kehrle – Trecho 01, Maria Francisca da Silva, José Joaquim de Lima, localizadas no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.

1. OBJETO

O presente Memorial Descritivo tem por objeto estabelecer as condições técnicas, os critérios, os procedimentos e as especificações a serem observados na **execução das obras de pavimentação das Ruas Professora Maria José Pereira Kehrle, Willani Kehrle, Maria Luiza Kehrle Mourato, Enock de Carvalho, Afonso Kehrle – Trecho 01, Maria Francisca da Silva, José Joaquim de Lima, localizadas no bairro AABB, no município de Serra Talhada – PE.**

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as planilhas orçamentárias, especificações técnicas, normas técnicas vigentes e demais documentos integrantes do processo de contratação.

A execução deverá proporcionar às vias, melhores condições de tráfego, segurança, acessibilidade, conforto aos usuários e melhoria das condições de infraestrutura urbana e viária das localidades beneficiadas.

Lucynara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA [illegible]/PE

2. LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS

As intervenções objeto deste Memorial Descritivo estão localizadas no município de Serra Talhada, Estado de Pernambuco, compreendendo:

- **Rua Professora Maria José Pereira**, situada no bairro AABB, na sede do município de Serra Talhada – PE;
- **Rua Rua Willani Kehrle,** situada no bairro AABB, na sede do município de Serra Talhada – PE;
- **Rua Maria Luiza Kehrle Mourato**, situada no bairro AABB, na sede do município de Serra Talhada – PE;
- **Rua Enock de Carvalho**, situada no bairro AABB, na sede do município de Serra Talhada – PE;
- **Rua Afonso Kehrle – Trecho 01**, situada no bairro AABB, na sede do município de Serra Talhada – PE;
- **Rua Maria Francisca da Silva**, situada no bairro AABB, na sede do município de Serra Talhada – PE;

- **Rua José Joaquim de Lima,** situada no bairro AABB, na sede do município de Serra Talhada – PE;

A localização, extensão, largura, áreas de intervenção e demais características geométricas deverão observar os elementos constantes dos levantamentos elaborados para a obra.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às especificações deste Memorial Descritivo, à planilha orçamentária e ao cronograma físico-financeiro.

A empresa contratada deverá realizar, antes do início dos serviços, vistoria e reconhecimento das áreas de intervenção, verificando as condições existentes, acessos, interferências, níveis, condições do terreno e demais aspectos que possam influenciar a execução da obra.

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados e sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva **ART**, conforme o caso.

A contratada deverá manter o local dos serviços devidamente organizado, sinalizado e em condições adequadas de segurança durante todo o período de execução.

Materiais, equipamentos e mão de obra empregados deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos nas normas técnicas aplicáveis.

4. SERVIÇOS PRELIMINARES

Antes do início dos serviços de pavimentação, deverão ser executadas as atividades necessárias à preparação das áreas de intervenção.

Entre os serviços preliminares poderão estar incluídos:

- Mobilização e desmobilização de equipamentos;
- Limpeza das áreas a serem pavimentadas;
- Remoção de materiais inadequados, quando necessário;
- Locação e marcação dos trechos de intervenção;
- Identificação de interferências existentes.

Lucy[illegible] Godoy Andrade
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

5. SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E PREPARAÇÃO DO SUBLEITO

O terreno deverá ser preparado de forma a receber adequadamente as camadas constituintes do pavimento.

Quando necessário, deverá ser realizada a regularização do subleito, compreendendo a conformação da superfície, correção das irregularidades e compactação.

Os materiais que apresentarem características inadequadas para utilização no subleito deverão ser removidos e substituídos por material apropriado, conforme orientação da fiscalização.

A compactação deverá ser realizada de maneira uniforme, utilizando-se equipamento compatível com as características do serviço e do material empregado.

Deverá ser evitada a execução de serviços sobre superfícies excessivamente úmidas, encharcadas ou em condições que comprometam a qualidade da compactação.

6. PAVIMENTAÇÃO

A solução de pavimentação deverá ser executada conforme as características na planilha orçamentária da contratação.

Os serviços deverão contemplar a execução das camadas previstas, respeitando-se a regularidade do pavimento.

A execução somente deverá prosseguir após a liberação da camada anterior pela fiscalização, quando aplicável.

7.1. Pavimentação em paralelepípedos

Caso o projeto estabeleça a utilização de pavimentação em paralelepípedos, as peças deverão ser assentadas sobre a camada de suporte prevista, formando superfície regular e estável.

Os paralelepípedos deverão ser assentados de forma a garantir adequado travamento entre as peças.

As juntas deverão ser preenchidas com material apropriado, conforme especificação técnica, garantindo o correto travamento do conjunto.

Lucyna R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras da Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

7. MEIO-FIO

Quando previstos em projeto, deverão ser executados meios-fios e sarjetas ao longo das vias pavimentadas.

Os meios-fios deverão apresentar alinhamento, nivelamento e dimensões uniformes, proporcionando adequado confinamento lateral do pavimento e direcionamento das águas superficiais.

As peças ou elementos executados deverão apresentar acabamento adequado, sem trincas, falhas ou desagregações que comprometam seu desempenho.

8. CONTROLE DE QUALIDADE

Todos os materiais empregados na execução deverão apresentar qualidade compatível com a finalidade a que se destinam.

A fiscalização poderá solicitar a apresentação de certificados, ensaios, laudos ou outros documentos comprobatórios da qualidade dos materiais utilizados.

Durante a execução deverão ser realizados, quando previstos ou solicitados, controles relacionados a:

- Compactação do subleito;
- Qualidade dos agregados;
- Espessura das camadas;
- Resistência dos materiais;
- Regularidade superficial;
- Demais parâmetros necessários à adequada avaliação da obra.

Eventuais serviços executados em desacordo com as especificações deverão ser corrigidos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

Lucyna [illegible] de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
[illegible]

9. EQUIPAMENTOS

A contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários à execução dos serviços, em quantidade e capacidade compatíveis com o cronograma da obra.

Os equipamentos deverão estar em boas condições de funcionamento e ser adequados às características dos serviços.

A relação definitiva de equipamentos deverá ser definida conforme os métodos executivos e os serviços previstos na planilha orçamentária.

10. SEGURANÇA DO TRABALHO

A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos trabalhadores e dos usuários das vias durante a execução da obra.

Deverão ser observadas as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho aplicáveis às atividades desenvolvidas.

11. LIMPEZA E DESMOBILIZAÇÃO

Ao término dos serviços, a contratada deverá realizar a limpeza completa das áreas de intervenção.

Deverão ser removidos:

- Materiais excedentes;
- Resíduos de construção;
- Entulhos;
- Equipamentos;
- Instalações provisórias;
- Demais materiais provenientes da execução da obra.

As áreas deverão ser entregues em condições adequadas de utilização, sem obstáculos ou resíduos decorrentes dos serviços realizados.

12. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada de acordo com os quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, observando-se os critérios estabelecidos na planilha orçamentária e no instrumento contratual.

Somente serão considerados para fins de medição os serviços executados de acordo com os projetos, especificações técnicas e determinações da fiscalização.

O pagamento será efetuado conforme os serviços efetivamente medidos e aprovados, respeitando os preços unitários e demais condições estabelecidas no contrato.

Lucyndra R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras da Sec. de S. Talhada
[illegible]

13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Constituem responsabilidades da contratada, entre outras:

- Executar os serviços de acordo com as especificações;
- Fornecer mão de obra, materiais e equipamentos necessários;
- Manter profissional habilitado responsável pela execução;
- Providenciar a documentação técnica exigida;
- Garantir a qualidade dos serviços executados;
- Corrigir serviços executados em desacordo com as especificações;
- Responsabilizar-se pelos danos eventualmente causados a terceiros em decorrência da execução dos serviços;
- Manter o local da obra organizado e limpo;
- Cumprir as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

14. RESPONSABILIDADES DA FISCALIZAÇÃO

Compete à fiscalização acompanhar e verificar a execução dos serviços, observando sua conformidade com as especificações, cronograma e demais documentos contratuais.

A fiscalização poderá:

- Acompanhar a execução dos serviços;
- Verificar a qualidade dos materiais;
- Solicitar ensaios e controles tecnológicos;
- Determinar correções de serviços executados inadequadamente;
- Verificar os quantitativos executados;
- Realizar as medições;
- Registrar ocorrências relacionadas à execução da obra;
- Autorizar, quando cabível, o prosseguimento das etapas dos serviços.

A atuação da fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade pela correta execução da obra.

Lucymara R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Município de Serra Talhada

15. NORMAS TÉCNICAS

Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas brasileiras aplicáveis, especialmente as normas da **ABNT**, bem como as especificações e procedimentos técnicos dos órgãos competentes, quando aplicáveis.

Deverão ser observadas, entre outras, as normas relacionadas a:

- Pavimentação;
- Terraplenagem;

- Compactação de solos;
- Materiais de construção;
- Segurança e saúde no trabalho;
- Controle tecnológico dos materiais.

Na ausência de norma brasileira específica, poderão ser adotadas normas e procedimentos técnicos reconhecidos, desde que compatíveis com as características da obra e previamente aceitos pela fiscalização.

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços objeto deste Memorial Descritivo deverão ser executados de maneira a garantir a adequada funcionalidade, estabilidade, segurança, durabilidade e qualidade das obras de pavimentação das **Ruas Professora Maria José Pereira Kehrle, Willani Kehrle, Maria Luiza Kehrle Mourato, Enock de Carvalho, Afonso Kehrle – Trecho 01, Maria Francisca da Silva, José Joaquim de Lima, localizadas no bairro AABB,** no município de Serra Talhada – PE.

Todas as etapas deverão seguir os levantamentos, especificações, quantitativos e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

Qualquer alteração das soluções previstas deverá ser previamente submetida à análise e aprovação da fiscalização, não sendo admitida a execução de alterações que impliquem modificação do objeto ou dos parâmetros técnicos sem a devida autorização.

Ao final dos serviços, as vias deverão ser entregues em perfeitas condições de utilização, com pavimentação concluída, dispositivos complementares executados e áreas de intervenção devidamente limpas e desimpedidas.

Lucyana R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada

Lucyana R. de Godoy Andrada
Engenheira Civil
Fiscal de Obras do Mun. de S. Talhada
CREA: 38472/PE

RESPONSÁVEL TÉCNICA